



# Câmara Municipal de Bertiooga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

Folhas 02

Proc 302/25

CÂMARA MUNICIPAL DE BERTIOGA

## PROJETO DE LEI Nº 39/2025

Protocolo 735

Data 18/06/25

Hora 10:36

Funcionário Maria Clara Fede da Silva

Técnico Legislativo Administrativo

Reg. 661

### “Dispõe sobre a vedação de nomeação ou contratação de pessoa condenada por crime sexual”

Art. 1º Fica vedada a nomeação, posse, contratação ou qualquer forma de investidura em cargos, empregos ou funções públicas, efetivas ou em comissão, no âmbito da Administração Pública Municipal, direta e indireta, de pessoa condenada por decisão judicial transitada em julgado pelos crimes listados nesta Lei, ou por quaisquer outros crimes de natureza grave que envolvam violência ou exploração sexual.

§ 1º A vedação de que trata o *caput* estende-se desde a data da condenação transitada em julgado até o decurso do prazo de doze anos após o efetivo cumprimento da pena, incluindo-se neste período o cumprimento de medidas alternativas à prisão.

§ 2º A vedação aplica-se, mas não se limita, aos seguintes crimes:

I - Crimes sexuais contra vulneráveis, crianças e adolescentes, incluindo, mas não se limitando a:

- a) Estupro de Vulnerável;
- b) Corrupção de Menores;
- c) Satisfação de Lascívia Mediante Presença de Criança ou Adolescente;
- d) Favorecimento da Prostituição ou de Outra Forma de Exploração Sexual de Criança ou Adolescente ou de Vulnerável;
- e) Divulgação de Cena de Estupro ou de Cena de Estupro de Vulnerável, de Cena de Sexo ou de Pornografia envolvendo criança ou adolescente;

II - Crimes previstos na Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), especialmente os que tratam de:

- a) Produção, venda, distribuição, aquisição e posse de pornografia infantil;
- b) Outras condutas relacionadas à pedofilia, abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes, incluindo as praticadas por meios digitais ou internet.

III - Quaisquer outros crimes tipificados na legislação brasileira que configurem abuso, exploração, violência, maus-tratos ou qualquer forma de violação da dignidade sexual ou integridade física e psicológica.

Art. 2º Para a fiel observância e cumprimento do disposto nesta Lei, o órgão competente da Administração Pública Municipal, antes da nomeação, posse ou contratação, o candidato deverá apresentar a certidão distribuição criminal.

§ 1º A Administração Pública deverá garantir o sigilo dos dados pessoais e sensíveis a que obtiver acesso para os fins desta Lei, adotando todas as medidas técnicas e administrativas necessárias para resguardar a privacidade do indivíduo, em conformidade com a legislação



# *Câmara Municipal de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

vigente de proteção de dados.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor sessenta dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



# *Câmara Municipal de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

Folhas 04

Proc 302/25

## **MENSAGEM EXPLICATIVA**

"Este Projeto de Lei surge da inadiável necessidade de proteger nossas crianças e adolescentes, os mais vulneráveis em nossa sociedade. Ao estabelecer critérios rigorosos para o acesso a cargos e empregos públicos, especialmente naqueles em que há contato direto ou indireto com o público infantojuvenil, buscamos criar um ambiente mais seguro e livre de riscos. Não se trata apenas de punir, mas de prevenir. É um compromisso inegociável da administração pública em salvaguardar a integridade de nossas futuras gerações, garantindo que aqueles que servem ao público o façam com a responsabilidade e a idoneidade que a confiança depositada em nossa administração exige, em especial quando o assunto é a proteção de nossos jovens."

Bertioga, 17 de Junho de 2025

  
VEREADOR  
**Salmir**  
Gomes SALVANDO  
VIDAS 